

ROBERTO MACEDO

ESTADO DE SÃO PAULO

Inempregáveis, inexecutáveis e irreelegíveis

Ouvi esse neologismo, os "inempregáveis", quando o presidente FH falou na abertura do Seminário Internacional sobre Emprego e Relações de Trabalho, na segunda-feira pela manhã. Estava inspirado e deu a impressão de que matava saudades das aulas na USP. Chegou pontualmente — boa parte da audiência é que chegou atrasada —, começou no horário e, professoralmente, citando autores clássicos, falou por cerca de 50 minutos, que é a duração usual de uma aula. Aliás, o conhecido economista e professor, John Galbraith, da Universidade de Harvard, famoso também pelo seu senso de humor, disse certa vez que, de tanto dar aula de 50 minutos, sempre levava esse tempo para desenvolver uma idéia ou uma argumentação, inclusive no âmbito familiar, ao dialogar com a sua mulher.



Políticos também têm de atender para as exigências de seu "mercado de trabalho"

O presidente falou sobre o tema do seminário, relacionando-o com a globalização. Abordou aspectos históricos até chegar ao momento atual, em que, como resultado dos esforços das empresas para aumentar a produtividade e enfrentar a crescente concorrência, elas, em particular as indústrias, estão gerando menos empregos, especialmente aqueles com contrato formal de trabalho. Com isso surgem os "inempregáveis", nome que

deu às vítimas do processo de exclusão provocado pela falta de demanda ou das qualificações exigidas pelas empresas. Falou rapidamente sobre as formas de tratar o problema, referindo-se, entre outros aspectos, à melhoria da educação, a mudanças nas relações de trabalho — o "novo sindicalismo" já estaria velho, segundo ele — e na legislação trabalhista.

Os economistas agrupam propostas como essas em dois grupos, as do lado da demanda de mão-de-obra e as do lado da oferta. Do lado da demanda, o fundamental é aumentar a taxa de acumulação de capital ou a taxa de investimentos. Mesmo com o aumento de produtividade, sempre haverá uma taxa de acumulação que permitirá expandir a demanda de mão-de-obra. A chave dessa questão, como várias vezes já repeti nesse espaço, está hoje em resolver a concordata do setor público, sem recursos para os próprios investimentos, bem como garantir a consolidação do Plano Real, resolvendo problemas que permanecem muito graves, como o déficit público e o déficit externo, dos quais deriva um quadro de incertezas que inibe os investimentos privados. A maior flexibilidade na contratação e a redução dos encargos trabalhistas inscrevem-se também entre as medidas que poderiam ampliar a demanda de

mão-de-obra.

Do lado da oferta, os trabalhadores qualificados, com os novos requisitos exigidos pelas empresas, carecem de uma permanente atualização e de saírem das escolas com uma formação que combine a especialização com a flexibilidade indispensável à adaptação às rápidas mudanças nas ocupações que vão enfrentar. No mundo globalizado, onde ganham realce as transações comerciais e financeiras internacionais, em muitas empresas as pessoas sem conhecimento de inglês e de informática são também tidas como "inempregáveis".

Onde o problema é mais sério é no caso da mão-de-obra não qualificada, em que a própria ausência de qualificação exclui as pessoas de oportunidades de emprego, diante da menor demanda nas ocupações que exigem apenas o esforço físico, como as tarefas mais simples da agricultura, da indústria e dos serviços.

Há, hoje, no Brasil, um saudável esforço de enfatizar a educação de primeiro e segundo grau, mas não basta dar mais recursos às escolas. É preciso assegurar que elas contribuam para aumentar a "empregabilidade" das pessoas. Modernamente, isso envolve conhecimentos básicos de matemática — como para entender gráficos e relações de causa e efeito —, competência em leitura, compreensão e redação de textos, desenvolvimento da capacidade de trabalhar em grupos, prática de apresentações para os mesmos e habilidade no uso de computadores, pelo menos nas suas tarefas mais simples.

Além desse esforço qualitativo, o problema será menor se for reduzida a expansão quantitativa desse contingente. Mesmo que não se queira recorrer a uma política explícita de planejamento familiar, deve ser intensificada a difusão de informações sobre métodos anticoncepcionais para as famílias interessadas.

O neologismo do presidente serve para dar destaque a um problema que vem se agravando, mas as soluções usualmente propostas não constituem novidade. O difícil é retirá-las do conjunto das inexecutáveis, passando do diagnóstico à ação concreta. Nós que viemos da área acadêmica somos, por natureza, mais treinados naquele do que nesta. De qualquer forma, acadêmicos ou não, os políticos devem atender também para as exigências da demanda, que cada vez mais quer ação e muita eficácia, pois, do contrário, correm também o risco de fazer parte dos "inempregáveis".

E, como o que está sendo aprovado no Congresso é a recandidatura e não a reeleição do presidente, dos governadores e dos prefeitos, em algum momento vão surgir também os "irreelegíveis", grupo em que desde já os eleitores deveriam incluir os deputados federais e senadores ocupados em elevar, em causa própria, o já muito alto teto salarial que o Executivo está propondo para as remunerações dos servidores públicos. É um caso em que o teto lhes subiu à cabeça.

■ Roberto Macedo, economista formado pela USP, com mestrado e doutorado pela Universidade de Harvard (EUA), é professor e consultor